COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 3.127, DE 2012

Denomina “Ponte da Legalidade” a ponte a ser construída sobre o Lago Guaíba, ligando o local denominado Saco da Alemoa à Rua Dona Teodora, no bairro Humaitá, na cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul.

Autor: Deputado ÔNYX LORENZONI

Relator: Deputado ROGÉRIO PENINHA
MENDONÇA

I – RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Deputado Ônyx Lorenzoni, objetiva denominar “Ponte da Legalidade” a ponte a ser construída sobre o Lago Guaíba, ligando o local denominado Saco da Alemoa à Rua Dona Teodora, no bairro Humaitá, na cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul.

A proposição foi distribuída Pela Mesa Diretora às Comissões de Viação e Transportes(CVT); Educação e Cultura (CEC) e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), conforme determinação regimental (art. 24, inciso II).

Na Comissão de Viação e Transportes, o projeto recebeu parecer favorável, nos termos do relatório apresentado pelo Deputado Jose Stédile (PSB-RS). Cabe à CEC elaborar parecer técnico versando sobre o mérito de homenagem cívica, em conformidade com o art. 32, inciso IX, alínea “f” do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. No prazo regimental, não foram oferecidas emendas à proposição.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

O projeto de lei aqui focalizado tem como objetivo prestar homenagem a um movimento cívico, político e militar – a *Campanha da Legalidade*, liderado pelo então Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola e que ocorreu após a renúncia de Jânio Quadros da Presidência da República, em 25 de agosto de 1961, e cujo cinquentenário foi comemorado em 2011.

Como afirma o nobre Deputado Ônyx Lorenzoni, autor da proposição, o movimento contou com “o apoio de amplos setores da sociedade rio-grandense e brasileira, que defendiam o respeito à ordem constitucional e jurídica e ao Estado Democrático de Direito, exigir o cumprimento da Constituição da República que determinava a posse do vice-presidente João Goulart.” Ele destaca que “O movimento de resistência, iniciado no Rio Grande do Sul, teve no rádio seu principal instrumento de divulgação, com a criação e extensão a todo o país da “Rede da Legalidade”, com transmissões e informes transmitidos diretamente do Palácio Piratini, sede do governo gaúcho, mobilizando a população em defesa da democracia. O então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, exortava os cidadãos a defenderem a democracia e a legalidade constitucional e as liberdades públicas, em um movimento histórico que levantou a nação e impediu o golpe às instituições. Atendendo a este apelo, milhares de pessoas foram às ruas para garantir a posse de João Goulart, em um dos mais belos episódios da história brasileira.”

Lembra ainda que “O movimento ganhou o apoio de Mauro Borges Teixeira, então governador de Goiás, que se aliou ao movimento pela legalidade constitucional e pela posse do vice-presidente, tendo transformado a sede do governo goiano em um quartel-general dos legalistas, utilizando a Rádio Brasil Central como difusora do movimento da legalidade”; e que “O movimento teve o Congresso Nacional como protagonista de uma solução política que pôs fim à crise, com a aprovação da emenda constitucional número 4, que instituiu o parlamentarismo, conciliando os interesses em conflito e assegurando a manutenção da ordem institucional.”

O ilustre proponente conclui então que “Assim, transcorridos cinquenta anos deste vibrante movimento de defesa da institucionalidade democrática, nada mais justo que homenageá-lo, denominando “Ponte da Legalidade” a ponte a ser construída sobre o Lago Guaíba, em cujas margens localiza-se a capital rio-grandense”.

Cabe lembrar que este projeto foi aprovado em 04/07/2012 na Comissão de Viação e Transporte, e que esta proposta está em conformidade com a Lei que regula a matéria, a saber, a Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que *dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do PNV*, cujo art. 2º preconiza que *“uma estação terminal, obra-de-arte ou trecho de via poderá ter, supletivamente, a designação de um fato histórico ou de nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à Nação ou à Humanidade.”*

Em vista do exposto, somos pela aprovação do projeto de lei nº 3.127, de 2012, que *Denomina “Ponte da Legalidade” a ponte a ser construída sobre o Lago Guaíba, ligando o local denominado Saco da Alemoa à Rua Dona Teodora, no bairro Humaitá, na cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul*, de autoria do nobre Deputado Ônyx Lorenzoni. E solicito de meus Pares na CEC o apoio a este voto favorável.

Sala da Comissão, em de de 2012.

Deputado ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA
Relator